

# Economia

## Negócios & Serviços

**Juros**

Caixa e CUT se reúnem para diminuir spreads

Página E3

**Oriente**

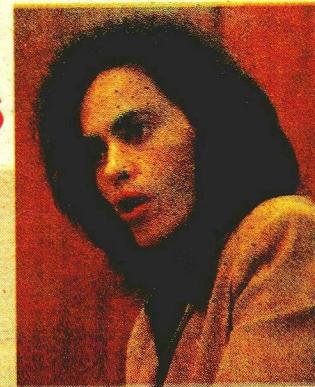
De olho no PIB de 8%, China, de Wen Jiabao, mira commodities

Páginas E4 e E5

**Entrevista**

Eduarda La Roque, secretária de Fazenda do Rio

Página E7

**CRISE MUNDIAL***Economia - Brasil*

# País terá agenda contra turbulência

Governo vai discutir com Congresso, em março, seis projetos para blindar economia brasileira

**Ricardo Rego Monteiro**  
**Leda Rosa**  
RIO E SÃO PAULO

O governo quer aproveitar a crise mundial e a ausência de eleições em 2009 para agilizar a aprovação de projetos de lei e de reformas consideradas fundamentais para os próximos anos. Se não vão blindar totalmente o país da turbulência internacional – como mesmo admitem fontes do primeiro escalão – os projetos deverão contribuir para devolver o país à rota do crescimento sustentável quando o cenário internacional melhorar. Discutidas nas últimas reuniões do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES, também conhecido como “Conselhão”), tais propostas preveem não só as reformas tributária e política, que demandam mudanças por meio de emendas à Constituição, como também um conjunto de sete projetos de lei em fase final de tramitação no Congresso Nacional.

O ministro das Relações Institucionais, José Múcio Monteiro, confirma a disposição do governo, ao revelar uma programação de reuniões, nesta semana, com ministros e parlamentares para definir

não só a relação final de projetos, como também a agenda de trabalho no Congresso. Embora manifeste preocupação com a antecipação do debate eleitoral, Múcio considera o momento favorável para a mobilização dos vários partidos – mesmo os de oposição – em favor da agenda.

– A crise estimula a mobilização dos partidos para a busca de soluções para o país – avalia o ministro.

Além do projeto de lei do Cadastro Positivo de Crédito, a lista de microrreformas inclui os projetos de lei de reforma do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), de controle de gastos do funcionalismo público, de definição das licenças ambientais, de regras para terceirização e a votação dos destaques da Lei do Gás. O rol também inclui o projeto de lei que deverá regulamentar a exploração do petróleo no pré-sal, ainda em discussão pela comissão ministerial liderada pelos ministérios de Minas e Energia e da Casa Civil.

– São projetos fundamentais para devolver o país à rota do crescimento sustentável – afirma o cientista político Murilo Aragão, da

consultoria Arko Avice, que participa das discussões não só do Conselhão, mas também do Grupo de Acompanhamento da Crise, que reúne representantes da indústria, do governo e de entidades representativas da sociedade civil incluídas no próprio CDES. – São projetos que vão contribuir para melhorar o ambiente de negócios, condição fundamental para atrair o hoje escasso capital, com um bom ambiente de negócios.

Aragão justifica a importância

das medidas ao lembrar que, como toda crise, a atual turbulência global também passará. E, quando isso ocorrer, o capital voltará a fluir em busca de melhores oportunidades de investimento. Por isso, recomenda, sairá na frente quem apresentar as melhores condições para atrair o hoje escasso capital, com um bom ambiente de negócios.

– Nenhum desses projetos vai trazer de volta, por si só, o dinheiro que fugiu dos mercados por causa da crise, mas certamente vai melhorar o ambiente de negócios a médio e longo prazo – justifica o cientista político. – Ou seja, representam apenas um começo, mas, como dizia Platão, todo trabalho demanda um começo.

**Obstáculos**

Apesar da mobilização em favor da agenda econômica no Congresso Nacional, mesmo os parlamentares da base aliada advertem para as dificuldades do governo tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado. Engana-se, no entanto, quem identifique na oposição (DEM e PSDB) os principais focos de resistência às propostas. Um importante senador da base governista revela que mui-

tos projetos, nos dois últimos anos, tiveram a tramitação dificultada por senadores e deputados do próprio partido do governo (PT).

Para o parlamentar, mesmo o próprio governo deverá evitar queimar o cacife eleitoral com a discussão de temas mais sensíveis do ponto de vista político. Por isso, acredita que o esforço do Planalto deverá se concentrar no debate de projetos de lei mais simples, em detrimento dos mais complexos, como os de reformas tributária e trabalhista.

– Estamos às vésperas de uma eleição presidencial e estamos em meio a uma crise aguda. Por isso não acredito que o governo vá arriscar o cacife eleitoral da ministra Dilma (Casa Civil) e provável candidata à sucessão de Lula no próximo ano) com propostas impopulares entre os parlamentares – avalia o senador da base do governo. – Os projetos mais simples, como o do Cadastro Positivo de Crédito, devem passar.

Mais Agenda econômica nas páginas E2 e E3

**A AGENDA ECONÔMICA DO CONGRESSO EM 2009****Cadastro Positivo de Crédito**

■ Pode contribuir para a queda mais rápida dos spreads bancários

► Aprovado na Câmara, aguarda votação no Senado

**Reforma do Cade**

■ Agilizará o processo de fusões e aquisições

► Aprovado na Câmara, aguarda votação no Senado

**Controle de Gastos com o funcionalismo**

■ Limitaria os gastos do governo federal com servidores

► Parado na Câmara desde 2007

**Definição de licenças ambientais**

■ Definiria as responsabilidades de estados, municípios e União na fiscalização e na concessão de licenças ambientais

► Parado na Câmara desde 2003

**Projeto****Função****Situação no Congresso****Regras para a terceirização**

■ Flexibilizará a contratação de serviços e aumentaria a proteção aos funcionários das empresas terceirizadas

► Desembarcou na Câmara no fim de 2008

**Lei do Gás**

■ Permite a construção de novos gasodutos pelo regime de concessão

► Aprovado no Senado com modificações, será apreciado em segunda votação na Câmara

**Novo marco regulatório para o pré-sal**

■ Definirá as regras para exploração e produção de petróleo abaixo da camada de sal

► Ainda em discussão no âmbito do Executivo, ainda não tem data para ser encaminhado para tramitação no Congresso Nacional